



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE

**PRESIDENTE: RUBINHO NUNES**

10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/23  
LOCAL: CEU ROSA DA CHINA – JD. SÃO ROBERTO  
DATA: 22 DE ABRIL DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Sra. Patrícia Calfa, gestora do CEU Rosa da China, pela recepção e organização e por possibilitar realizarmos esta Audiência Pública. Presentes os Vereadores Rodrigo Goulart, Rubinho Nunes, Sílvia da Bancada Feminista e Edir Sales.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 14ª Audiência Pública de 2023, sendo a 10ª Audiência Pública sobre o PL 127/2023, PDE, do Executivo – Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline) e também pelo Youtube, no canal da TV Câmara São Paulo, Facebook da Câmara Municipal de São Paulo e TV Câmara, canal 8.3.

Esta audiência pública vem sendo publicada desde o dia 10 de abril no *Diário Oficial da Cidade*, dia 7 no jornal *O Estado de S.Paulo* e dia 8 no jornal *Folha de S.Paulo*.

Desde já, convido os senhores munícipes para pronunciamentos, cujas inscrições devem ser feitas neste momento junto à nossa Comissão, à esquerda.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo, representado pelo Sr. Fernando Henrique Gasperini, Diretor de Ordenamento Territorial e Sra. Patrícia Saran; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito, representado pelo Sr. Rogério Batista dos Santos, assessor da SMT; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras, representado pela Sra. Maísa Silas, Diretora de Drenagens; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação; Carlos Alberto Bezerra Junior, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de

Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Rafael Dirvan Martinez Meira, Subprefeito de Aricanduva/Formosa/Carrão; Marcos Vinicius Valério, Subprefeito da Mooca; Flávio Ricardo Sol, Subprefeito da Penha; Elisete Aparecida Mesquita, Subprefeita de Vila Prudente; Marlon Salles da Silva, Subprefeito de Sapopemba – desde já registro sua presença -; Lucas Santos Sorrillo, Subprefeito de Cidade Tiradentes; Joel Bomfim da Silva, Subprefeito de Ermelino Matarazzo/Ponte Rasa – desde já registro sua presença; Thiago Della Volpe, Subprefeito de Guaianases; Guilherme Bahia Henriques, Subprefeito de Itaim Paulista; Silvia Regina de Almeida, Subprefeita de Itaquera; Marcos Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo; Florisvaldo Florentino Júnior, Defensor Público Geral, da Defensoria Pública; e, representando o Subprefeito de Ermelino Matarazzo, seu chefe de gabinete, Arnaldo Franchin.

Pergunto aos Vereadores presentes se algum dos colegas gostaria de fazer alguma fala de abertura. (Pausa) Passo a palavra à Vereadora Edir Sales.

**A SRA. EDIR SALES** – Bom dia a todos e todas.

Sábado, 8 horas da manhã, vocês aqui; parabéns pela participação dessa comunidade, desse bairro maravilhoso, em que eu atuo desde quando eu fui deputada estadual e agora como Vereadora em quarto mandato. Sempre grata a vocês que estão preocupados realmente com a nossa cidade, porque Sapopemba é a nossa cidade.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Política Urbana, nosso querido amigo Vereador Rubinho Nunes. Cumprimento o relator da Comissão, meu querido amigo Rodrigo Goulart; a Vereadora Silvia e todos os que estão presentes, da equipe, trabalhando incansavelmente, andando a cidade toda, fazendo audiências públicas em vários bairros da cidade, o que eu acho muito importante, porque o Plano Diretor é o Plano Diretor Estratégico; é muito importante para a cidade de São Paulo.

Todas as mudanças vão ser ouvidas por vocês, sugestões. Nós estamos aqui mais para ouvir do que para falar, ouvir as sugestões de vocês sobre as mudanças que vocês desejam para o nosso querido bairro do Sapopemba. Bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereadora Edir Sales.

Passemos à 10ª audiência pública sobre o PL 127/2023, PDE, tendo como tema Audiência Pública Regional Leste 1.

Convido o Sr. Fernando Henrique Gasperini para que faça a apresentação do projeto em nome do Executivo. Também peço à assessoria que baixe o telão a fim de que o Sr. Fernando possa fazer a apresentação. Muito obrigado, Sr. Fernando.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI** – Bom dia a todos e todas.

Só vou aguardar abaixarem o telão, e a gente começa. (Pausa)

**A SRA. EDIR SALES** – Antes de iniciar, eu gostaria de cumprimentar a gestora Patrícia Calfa e toda sua equipe, que fazem um trabalho maravilhoso aqui no CEU. Estamos em reforma aqui. Sei que você está trabalhando muito bem há muitos anos aqui no CEU Rosa da China.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI** – Um bom dia novamente a todos os presentes.

Vim aqui para a frente para poder visualizar melhor junto com vocês.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI** – Essa apresentação, então, é da Prefeitura, do Poder Executivo municipal, que promoveu essa revisão do Plano Diretor desde 2021, chegando até março de 2023.

Essa é uma apresentação curta, só para vocês terem uma ideia geral do processo participativo. Acho que muitos dos que estão aqui acompanharam também o processo do Executivo. A apresentação tem esses quatro itens: introdução, linha do tempo, processo participativo da etapa 3, que foi a etapa final da revisão do Plano Diretor, e o projeto de lei em si.

Essa revisão do Plano Diretor, que estava prevista no artigo 4º da lei do Plano Diretor, é uma revisão intermediária. Isso significa que a gente não está discutindo um plano para a

cidade. É o mesmo plano que foi aprovado em 2014, tem a vigência de 15 anos; e no meio da vida útil dele está prevista essa revisão para aperfeiçoamento do plano, a avaliação do que deu certo, daquilo que não funcionou, para a gente poder ajustar o plano e perseguir os objetivos de melhoria da cidade até 2029, que é o ano de encerramento do plano.

É uma revisão que aconteceu de forma participativa, com audiências, com consultas públicas pela internet, com oficinas nas subprefeituras. Ela ocorreu em três etapas em paralelo, com todo o processo participativo, e foi sendo aprofundado também o processo de análise técnica das equipes da Prefeitura – não só da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, mas das diversas Secretarias envolvidas.

Esse *slide* mostra essas três etapas que eu mencionei. O processo participativo variou de etapa para etapa. Em todas essas etapas, a gente teve a consulta pública no *site* do Participe+, da Prefeitura de São Paulo; reuniões com Conselhos Participativos municipais, oficinas e consultas públicas. Na etapa dois, a gente fez algumas reuniões específicas com os povos indígenas que habitam a cidade de São Paulo. A gente teve também um seminário presencial na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Em todas as etapas, a gente tem os documentos técnicos, que podem ser acessados pelo *site* da Secretaria, que documentam não só as análises da Prefeitura como todo esse processo participativo, as contribuições que a população faz, como elas foram classificadas e como elas contribuíram para a revisão do Plano Diretor.

A etapa 3 é a etapa final desse processo de revisão, onde nós já tínhamos uma minuta prévia do projeto de lei, já um documento em um formato de lei para a população avaliar e fazer sugestões de aperfeiçoamento. Nós recebemos, nessa última etapa, 4.400 contribuições. O principal canal de participação foram os formulários *on-line* e o Participe+, que é o canal de consultas públicas. A gente tinha também, além dos que eu já mencionei, formulários presenciais nas praças de atendimento das subprefeituras.

Esse *slide* mostra quais foram os assuntos mais comentados de acordo com os artigos da primeira versão da revisão, da minuta. Os principais assuntos aqui colocados foram:

as áreas não computáveis nos eixos, as vagas, cota de solidariedade, alterações dos fatores sociais e de planejamento, e composição do Conselho Municipal de Política Urbana.

Esse *slide* também mostra os assuntos, mas de acordo com a classificação dos temas, dos capítulos. O principal assunto comentado foram as áreas verdes; os eixos de estruturação da transformação urbana, que são as áreas próximas à rede de transporte; e o sistema municipal de planejamento.

Então, a revisão é um processo gradativo de aprofundamento dos assuntos. No começo, a partir do diagnóstico feito pela Prefeitura, nós buscamos, através das contribuições da população, identificar os problemas de aplicação da lei do Plano Diretor. A partir dos assuntos mais comentados, nós definimos o escopo da revisão. Depois, a análise técnica contou com a participação das diversas Secretarias. Com isso, a gente conseguiu definir quais pontos deveriam ser melhorados no Plano Diretor, colocando para a etapa 3 a minuta, que é a primeira versão do documento de revisão, e depois de uma nova discussão, chegando a essa versão enviada para a Câmara Municipal, o projeto de lei definitivo, a proposta final do Executivo a ser encaminhada para a Câmara. O projeto de lei tem 75 artigos e é dividido em 12 capítulos.

Esse *slide* mostra esquematicamente como está, qual é a estrutura da Lei do Plano Diretor. São cinco partes, cinco títulos e os títulos maiores são a parte de ordenamento territorial, de políticas setoriais, de educação, de saúde, ambiental, de mobilidade, e o título IV que fala de gestão democrática, das formas de participação.

E, por fim, usando a mesma estrutura da Lei do Plano Diretor, isso mostra os principais assuntos que compõem a proposta do Executivo para revisão do Plano Diretor. Como é uma revisão de aperfeiçoamento do Plano, o capítulo que têm mais artigos, naturalmente, é o de instrumentos urbanísticos, instrumentos de política urbana e gestão ambiental, que são os meios pelo quais o Plano Diretor é implementado e busca atingir os objetivos de melhoria da cidade.

O título III que fala das políticas setoriais também tem vários aspectos que foram aperfeiçoados. Esse acho que é o último *slide*.

Agradeço, pelo Executivo, à oportunidade de dar um panorama para todos e devolvo a palavra à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado.

Quero também registrar a presença do Srs.: Guilherme Bahia Henriques, Subprefeito do Itaim Paulista e do Sr. Jocimar Álvaro Onha Olaia, Coordenador de Governo Local, representando a Subprefeitura da Vila Prudente.

Mais uma vez agradecer a presença de todos. Quero lembrar que as inscrições estão abertas aqui à esquerda da nossa mesa, e também que o grande objetivo das audiências públicas, assim como essa, é justamente ouvir a população, ouvir as demandas e os problemas locais, as sugestões para o PDE que é revisado nesse momento.

É um projeto importantíssimo que, com certeza, traz impactos positivos na vida de toda a população, a médio e longo prazo, ao crescimento ordenado da cidade, por onde ela vai se desenvolver, como ela vai se desenvolver e, justamente por isso, peço aos senhores que, caso queiram, se inscrevam para que possamos ouvi-los.

Antes de mais nada, passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista, para suas ponderações iniciais. Obrigado, Vereadora.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Bom dia a todos, todas e todes.

Sabadão, 8h da manhã, debatendo um tema que é muito importante e muito estratégico para o nosso município.

Queria já começar fazendo uma crítica porque nós, inclusive, tínhamos proposta que fosse uma audiência pública por subprefeitura, para que houvesse mais pessoas participando.

Mas, qual é a questão? Aqui, por exemplo, estamos com uma audiência pública com 11 subprefeituras, só que desde a Subprefeitura da Mooca até a Subprefeitura de Cidade Tiradentes são realidades muito diferentes. A realidade da Mooca, a realidade da região do Belenzinho, as outras realidades, enfim, são muito diferentes das realidades de Guaianases, de Cidade Tiradentes. Estamos bem no meio de tudo, mas gostaríamos que houvesse mais audiências públicas, mais próximas das pessoas. E por quê? Porque, obviamente, se você tem

uma audiência pública lá em São Miguel Paulista, mais pessoas de São Miguel Paulista participam e trazem os problemas específicos naquela região.

Então uma crítica que fizemos é que são poucas audiências públicas nos territórios. Deveríamos ter, pelo menos, uma audiência por subprefeitura. Acontece que uma audiência acaba abarcando várias subprefeituras e não conseguimos nos debruçar detalhadamente sobre os problemas daquele lugar, daquela região, daquela subprefeitura. Por exemplo, a próxima audiência pública que temos no território é no CEU Aricanduva, que é...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Sim, mas estou falando aqui da zona Leste.

Então temos, segunda-feira, Vila Mariana, que é zona Sul; temos a próxima, da zona Leste, são duas na zona Leste, ou seja, esta e mais outra no CEU Aricanduva. E elas não são muito distantes um lugar do outro. Assim, poderíamos ter tido, por exemplo, uma audiência pública na Cidade Tiradentes, para que representasse mais o Extremo Leste, mais para lá.

Há essa questão do processo de participação, inclusive, quinta-feira aprovamos por unanimidade, na Comissão de Política Urbana, uma reivindicação para que a SPTrans possa disponibilizar ônibus gratuitos para que a população possa vir a esses lugares mais centralizados e poder participar.

Portanto, espero, Sr. Presidente e Sr. Relator, aqui presentes, que talvez no próximo CEU, no próximo sábado - sei que segunda-feira está muito perto e talvez não dê tempo -, no CEU Aricanduva, tenhamos, pelo menos, uns quatro ônibus disponíveis para a gente conseguir trazer mais pessoas para que o processo de participação seja mais ativo e mais popular, porque a Revisão do Plano Diretor precisa ter a participação democrática da população, para que não só possa vir participar das audiências, mas se apropriar dos temas e também intervir e fazer com que suas propostas possam valer nesse processo.

Sobre esta região, como ela é muito grande e, portanto, tem várias realidades, eu vou falar no geral sobre as mais importantes. Uma delas é a quantidade muito grande de

ocupações e loteamentos irregulares, e é preciso que a revisão direcione recursos para a regularização fundiária da zona Leste; há uma imensidão de loteamentos e ocupações irregulares muito consolidadas que precisam ser regularizadas. Ocupação regularizada consegue receber infraestrutura, consegue receber emendas parlamentares, consegue receber uma UBS, consegue receber uma unidade educacional. Por isso, nós precisamos dessas regularizações fundiárias neste território.

Outra coisa que nós precisamos é de habitação popular. Há aqui na região muitas áreas demarcadas de ZEIS 1, principalmente para o lado de Guaianases, de São Mateus, de São Miguel e de Cidade Tiradentes. Nós, então, precisamos de investimento em moradia popular. Foi por conta disso inclusive que nós estávamos contra a mudança do projeto de lei do Fundurb, e agora a própria Justiça considerou que essa mudança deveria ser dentro da revisão do PDE.

É por isso que nós também estamos debatendo que os recursos do Fundurb sejam destinados para habitação popular e para mobilidade. Queremos fazer uma emenda para que uma parte desse recurso também seja destinada à regularização fundiária.

Outra realidade aqui da zona Leste é a quantidade muito pequena de parques. Precisamos de áreas verdes e a transformação dessas áreas verdes em parques, para que elas não possam ter outra finalidade, outro destino, porque outro problema muito comum aqui são as enchentes. Um dos mecanismos, um dos instrumentos para combater as enchentes é o aumento e preservação das áreas verdes. Quanto mais áreas permeáveis – solo permeável, não concretado –, solo verde para absorver as águas das chuvas, menos enchentes. Daí a necessidade de um plano para ter mais parques aqui na zona Leste.

E seria muito bom que a população nos dissesse nesta audiência quais áreas verdes poderiam ser transformadas em parques, a fim de ter aqui mais áreas permeáveis, mais áreas verdes para absorver a água da chuva, já que as enchentes são um grande problema.

Além disso, precisamos de um plano de obras de drenagem específico para a periferia, porque todas as últimas chuvas alagaram a zona Leste. É muito importante, então, que

vocês, moradores daqui, falem sobre a questão das enchentes.

Sr. Presidente, na minha opinião, são esses os temas a serem debatidos nesta audiência pública. Ao final, eu volto para fazer a conclusão, após a intervenção da população.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereadora Silvia.

Mais algum Vereador gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa) Mais algum inscrito?

(Pausa) Tem a palavra V.Exa., Vereador Rodrigo.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, cumprimento V.Exa., Vereador Rubinho, a quem agradeço a confiança de me designar Relator deste importante projeto para a cidade e, em seu nome, cumprimento a Vereadora Edir Sales, minha sempre líder e professora, e a Vereadora Silvia, também professora e amiga de Câmara.

Sr. Presidente, eu gostaria de comentar sobre o que acabou de citar a Vereadora Silvia: a necessidade de mais audiências aqui na zona Leste. Pelo meu levantamento, serão oito audiências públicas na zona Leste sobre o nosso tema. Então, além das 25 audiências públicas da Comissão de Política Urbana, serão mais 32 audiências públicas das demais comissões temáticas: duas da Comissão de Administração Pública, uma em Itaquera e uma na Mooca; uma da Comissão de Saúde, no Tatuapé; uma da nossa Comissão de Política Urbana no Aricanduva, além desta; e uma da Comissão de Educação, na Vila Prudente, no dia 5 de maio. No total, serão sete, se a minha conta não estiver equivocada, fora as demais. Inclusive, na zona Sul haverá duas audiências públicas no mesmo local, CEU Parelheiros. Além dessas, já aconteceu uma no CEU Vila Rubi e haverá mais outras duas na região. Então, estamos indo, sim, a cada uma das regiões e repetidas vezes, inclusive, a alguns locais.

A importância da participação popular é fundamental. Já tivemos discussões com outros entes do Poder Público referendando essa importância da participação. Houve a apresentação pelo Executivo.

Agradeço também a participação e colaboração do Executivo sempre nas

audiências, no encaminhamento desse projeto e também nas sugestões e nas orientações que tem nos dado todos os dias junto com a nossa equipe técnica.

Já temos um levantamento das contribuições também pelo *site* da Câmara que se pode ter acesso pelos celulares, cada um dos cidadãos em suas casas; também em cada uma das 32 Subprefeituras na praça de atendimento. Temos representantes das subprefeituras da região ou nos postos do Descomplica também já instalados nas subprefeituras para que a gente possa, através do *hotsite*, que foi criado pela Rede Câmara, ter também cada uma das contribuições.

Esse processo participativo dá sequência ao processo participativo realizado no Executivo, que foi muito importante, um processo participativo muito grande. Essa é uma lei que está sendo revisada agora na sua revisão intermediária, prevista na lei original de 2014. Era prevista a revisão para 2021, mas a gente não precisa nem falar que devido à pandemia foi prorrogado e, agora, estamos no momento de fazer essa revisão intermediária para essa lei, que tem validade até 2029.

Então, Sr. Presidente, inicialmente, seriam essas as palavras. Que possamos ouvir a população e ter o processo participativo.

Agradeço a Vereadora Edir, que é uma grande líder da região e tem uma votação muito expressiva na base eleitoral da Vila Prudente. É muito importante que a gente tenha também apoio dessa nossa Líder, Presidente da Comissão de Educação, que também fará audiências públicas no território para discutirmos, não só o tema de política urbana, mas também os demais temas das nossas Comissões de Saúde, Educação, Administração Pública, Justiça e Finanças. Então, todos os temas contemplados nessa participação popular e democrática.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Passemos aos inscritos. Lembrando que o prazo de cada manifestação é de três minutos.

Convido, agora, o Sr. Edson Juliato, munícipe, para que faça suas considerações. O

senhor tem a palavra.

**O SR. EDSON JULIATO** – Bom dia a todos.

Obrigado pela oportunidade de tirar essa dúvida.

Gostaria de saber se o novo Plano Diretor vai contemplar mais áreas verdes para nossa região.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Perdão. O senhor pode repetir?

**O SR. EDSON JULIATO** – Gostaria de saber se o novo Plano Diretor vai contemplar mais áreas verdes para nossa região.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Agradeço a pergunta.

Houve algumas alterações no que estava previsto para as áreas verdes, inclusive esse é um dos temas que tem tido uma discussão muito grande na alteração do Quadro 7, que tem a previsão e a criação de novos parques.

Faremos o levantamento e depois me encarrego de passar a resposta para a Vereadora Edir, que lhe encaminhará, de alguma forma, junto também com a secretaria da comissão. Não temos - eu acho - a participação do.... Há algum representante da Secretaria do Verde? Não. Mas que possamos te dar essa resposta. Houve uma alteração do número dos parques previstos e os que foram também implementados. Alguns tiveram a gestão trocada para o estado. Fazendo esse levantamento, eu encaminharei a vocês esse retorno.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Edson.

Convido, agora, o Sr. Adilson Sebastião de Souza, munícipe.

**O SR. ADILSON SEBASTIÃO DE SOUZA** – Bom dia a todos.

O meu questionamento em relação à revisão do Plano diz respeito à mobilidade urbana. Fomos contemplados nos últimos anos com o corredor de ônibus, o monotrilho, mas a gente sabe que a região de Sapopemba é uma região que tem um crescimento populacional muito intenso, principalmente nos últimos anos. E, mesmo com essas benesses do monotrilho e do corredor, a gente ainda tem um problema muito grande de mobilidade urbana.

Uma coisa que a gente tem ouvido - e é uma reclamação constante - é a questão das

garagens dos edifícios. Tem havido construção de prédios, mas as pessoas têm evitado comprar esses apartamentos, porque não tem garagem. Então, as pessoas têm que deixar os carros na rua.

Então, o meu questionamento é se há previsão de alguma mudança nessa lei, para que as pessoas sejam incentivadas, porque as pessoas acabam comprando os apartamentos e não têm onde deixar os carros. E são mais carros na rua dificultando o trânsito, gerando transtorno, multas, porque as pessoas não têm. Então, eu gostaria de saber se há uma previsão, nessa Revisão, de mudança nessa lei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Adilson.

É uma boa pergunta, partindo das garagens há uma discussão muito grande sobre a quantidade de vagas por apartamento. É um tema apropriado, debatido somente no intuito da determinação da quantidade de vagas. A título de exemplo, há demanda inversa da rede de shoppings centers, que discute justamente a diminuição da quantidade de vagas obrigatórias para as unidades. Todavia, é sabido que toda pessoa que tem uma casa, naturalmente deseja, busca ter um carro. Então, pelo menos uma quantidade razoável de vagas por unidade, entendo que é uma discussão a ser tratada e levada ao PDE.

Outro ponto que o senhor trouxe - e é motivo de grande debate - é justamente a questão da mobilidade urbana. Paramos para analisar especialmente a questão da zona Leste como um todo, a dificuldade de acesso, a distância que tem para a região central da cidade, acho que dois pontos são primordiais. Primeiro, tornar as regiões mais afastadas, adensadas, acessíveis para o mercado de trabalho, para que a população não tenha de se locomover, mas sim ter a possibilidade de trabalho próximo de onde reside.

Acho que essa é a grande dificuldade, o grande desafio que todos têm de demandar. Mas, ainda assim, é direito que todos se locomovam e cheguem às regiões. Uma proposta que eu trouxe recentemente para o nosso Relator, Vereador Rodrigo Goulart, que está em processo de estudos, hoje não é uma afirmação, mas é um desejo. É justamente que possamos expandir

as margens da Radial, para que se torne uma grande *freeway*, inclusive, por acesso por monotrilho, etc. Acredito que traria mobilidade e diminuição dos congestionamentos.

Particularmente, penso que o tempo que perdemos no trânsito é vida que estamos perdendo no trânsito, é momento de lazer com a família, de trabalho também, isso precisa ser debatido. É óbvio que o problema de congestionamento em São Paulo não será solucionado do dia para a noite, mas cada minuto que conseguimos evitar que as pessoas percam no trânsito, é um minuto a mais que essa pessoa tem de qualidade de vida. É isso que buscamos. Espero ter respondido. Obrigado.

Convido agora o Sr. André Francisco da Silva, munícipe, para suas ponderações.

**O SR. ANDRÉ FRANCISCO DA SILVA** – Bom dia a todos.

Queria saber se nessa Revisão do Plano vai ter alguma alteração no zoneamento da cidade, porque devido o que o colega falou agora há pouco, está crescendo muito, tanto a parte dos imóveis verticais, os prédios, mas também o comércio. Se tem alguma previsão de alteração nesse sentido, para reorganizar, porque não está bom.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – André, quero inclusive agradecer sua ponderação, até para sanar uma dúvida que paira sobre toda a população e até sobre alguns colegas da Câmara. O PDE não versa sobre zoneamento. O Plano Diretor trata sobre a ideia macro da cidade, os eixos de expansão.

O zoneamento é um projeto que vem na sequência da Revisão do Plano Diretor, inclusive, é uma demanda minha, enquanto Presidente da Comissão, mas também dos demais Vereadores da Comissão, para que o Executivo envie o quanto antes o projeto de zoneamento para a Câmara de São Paulo, para que possamos discuti-lo.

A demanda que o senhor trouxe é uma demanda que nós recebemos, inclusive, no sábado passado, na Freguesia do Ó, porque a população vê essa necessidade de debate do zoneamento, de mudança e atualização do zoneamento da cidade, seja para os locais que terão expansão, as Zonas de Interesse Social, etc. e isso não está sendo debatido. É um projeto que complementa, e está umbilicalmente ligado à Revisão do Plano Diretor, mas que não é discutido

neste momento.

Acredito que, se o Executivo cumprir e atender o nosso pedido, muito em breve teremos o projeto de zoneamento na Câmara e poderemos fazer essa discussão, aproveitando, inclusive, as audiências públicas, porque boa parte das demandas da população são discutidas especificamente no zoneamento.

É um projeto importantíssimo, que precisa ser atualizado, está ultrapassado. O que temos na cidade não atende as demandas de desenvolvimento de São Paulo. Enfim, os anseios que temos de resolver, inclusive, na questão anterior que nos foi feita pelo Sr. Adilson, a mobilidade. Espero que possamos solucionar.

Ouvindo agora o Sr. Rogério Mussini.

**O SR. ROGÉRIO MUSSINI** – Bom dia a todos, à Mesa, Vereadores.

Meu nome é Rogério Mussini, fui morador da região por 30 anos, sei bem dos problemas de transporte público, que afetam a área.

Quero saber se dentro desse Plano está sendo pensado como melhorar a questão do transporte coletivo para os munícipes, porque trabalhei no Centro por muito tempo e realmente é um caos a utilização do transporte público. É demorado, o pessoal chega estressado no trabalho, chega estressado em casa, porque demora muito.

E, com relação ao transporte, o que está sendo pensado para melhorar, para trazer para os extremos um transporte de qualidade para a população.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Rogério, agradeço o questionamento, apesar de não ser um tema diretamente ligado ao Plano Diretor. Nós temos esse princípio dito na lei original sobre os eixos da cidade, que são os eixos delimitados exatamente sobre a estrutura de transporte. E a ideia seria ter adensado esses eixos com unidades de Habitação de Interesse Social, como tantas outras. Vindo da zona Sul para cá, nós vimos que os eixos estão se adensando, e muito, mas não cumpriram o objetivo total do que estava previsto na lei de 2014, e nós estamos pensando nessa revisão de aprimorar esse adensamento.

Como foi dito pelo nosso Presidente, a questão do transporte público se mistura muito

com a questão da mobilidade, não só de quem utiliza o transporte público, mas também quem tem o seu carro particular. Então, trazendo para as regiões o emprego, principalmente o setor de serviços, que geram um volume de emprego maior, nós ajudaremos na questão não só da mobilidade, mas também do transporte público, encurtando o caminho do munícipe, que hoje tem que se deslocar de Sapopemba e de outras áreas da Cidade principalmente para o Centro expandido.

Essa é uma das preocupações deste Relator, também de todos os demais Vereadores.

Obrigado.

**A SRA. EDIR SALES** – Eu acho muito importante a fala do nobre Vereador Rodrigo Goulart.

Quando eu assumi o meu primeiro mandato para Deputada Estadual, nós conseguimos trazer o metrô para a Vila Prudente, bairro vizinho aqui. E, a partir do metrô, inauguramos 10 estações do monotrilho, trazendo um crescimento muito grande, muitos empreendimentos, muitos comércios a cada estação do monotrilho que vai até São Mateus. Isso que o Vereador falou é verdade. Por isso, estamos hoje estudando o Plano Diretor para Sapopemba, lembrando que a Av. Sapopemba é a maior avenida do Brasil, com 45 quilômetros, sendo que 7.000 quilômetros ficam no bairro de Sapopemba.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereadora Edir.

Tem a palavra a Sra. Hermínia Neves Sato, munícipe.

**A SRA. HERMÍNIA NEVES SATO** – Bom dia a todos.

Eu queria saber se o Plano Diretor vai contemplar parques ou espaços públicos voltados para as crianças. Nós sabemos que a nossa região tem muitas crianças que se apropriam das ruas. Então, precisamos de mais parques ou áreas verdes, algo que contemplasse principalmente crianças e jovens.

Obrigada.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Como eu já havia dito, houve uma alteração na questão das propostas de parques e eu já estou devendo uma resposta para o Sr. Edson, mas essa questão das crianças e adolescentes gera integração com a educação.

Temos equipamentos como este CEU, sou da zona Sul e sei da importância que tem o CEU. Temos a presença da gestora Patrícia Calfa e a gente sabe que, infelizmente, o CEU acaba sendo o equipamento público de referência para muitas comunidades. Inclusive, a atual gestão tem feito a construção de grandes novos CEUS, e é muito importante a sua colocação para que a gente possa também tratar disso junto à Secretaria do Verde, para ter áreas destinadas aos parques, especificamente à juventude, às crianças.

Eu tenho um filho de três anos e oito meses e sei da importância que tem. Ainda tenho formas de levá-lo a alguns locais para se divertir, mas a gente sabe que a grande maioria da população acaba não tendo essa condição.

Respondendo à pergunta do Sr. Edson, fui auxiliado por um dos colaboradores da Câmara e há, sim, a previsão de um parque para a região, o Parque São Mateus. Já consta, inclusive, orçamento para 2023. Então, há previsão de pelo menos mais um parque na zona Leste.

Obrigado.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Queria só complementar que no projeto de revisão do Plano Diretor, são previstos, no total, 146 parques, 42 parques na zona Leste. Mas eu queria ressaltar que no outro Plano Diretor, antes da revisão, também estavam previstos parques, até um número maior. Porém, desses parques, somente 11 saíram do papel e se tornaram realidade.

Então a quantidade de parques previstos é até boa: 42 parques para a zona Leste. O problema é sair dessa previsão e se tornar realidade. São duas lutas: a primeira, que se fixem os parques nos locais onde a população precisa; segunda, que esses parques saiam do papel e se tornem realidade, porque precisa de recursos para que esses parques sejam criados e preservados, cuidados, para que a população possa aproveitar e desfrutar deles, lembrando que

os parques têm dois propósitos: lazer e qualidade de vida para a população.

Mas, tem outro propósito também muito importante que é a questão dos próprios solos, é preciso ter mais solos impermeáveis na cidade de São Paulo, mais lugares verdes para que a chuva possa ser absorvida e as enchentes possam ser minimizadas.

Obrigada, Presidente.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Vereador Goulart.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Só complementando o que a Vereadora Silvia falou, também concordo com ela, porque não adianta a gente só prever parque, escrever, fazer discurso e não efetivar a entrega. Tenho conversado muito com a Vereadora Silvia e com os demais Vereadores presentes sobre a efetivação de vários planos que estavam previstos e projetos no PDE de 2014, essa lei original sobre a qual estamos discutindo a revisão. É por isso que também foi feita uma revisão quanto à questão dos parques. Foram previstos parques que não tinham condições de serem implementados.

Também estamos falando de uma das regiões que tem a maior quantidade de áreas urbanas. Há pouquíssimos locais com capacidade para implementar novas áreas verdes. É um grande desafio. Quem sabe com os representantes, não só da população, mas também os representantes eleitos, poderemos sugerir novas áreas como essa. Mas há essa grande dificuldade de serem áreas com a ocupação populacional muito grande na zona Leste, assim como a zona Sul, que também tem uma área muito populosa.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Goulart.

Sobre o tema dos parques – uma ponderação que eu faço – concordo muito com a Vereadora Silvia, quando ela fala da dificuldade de implantar os parques, mas não apenas de implantar pelo alto custo. Há dificuldade de gestão dos parques, justamente pelo custo de manutenção, que é significativo.

Uma proposta que tenho - volto a dizer - uma proposta particular, é justamente que

seja feita a concessão dos parques para que empresas possam explorar o local, de maneira a realizar a comercialização, que façam a poda, a limpeza, a manutenção, a segurança, óbvio, garantindo o acesso gratuito, mas que isso se torne algo mais acessível nos parques, inclusive com eventual comercialização de *naming rights*.

A gente tem um projeto, que foi aprovado recentemente na Câmara, no qual empresas privadas podem comprar o nome de túneis e viadutos na cidade. Isso gera recursos para o município, diminui a carga tributária, melhoraria a gestão dos parques, a ampliação deles e, também, garantiria o acesso gratuito à população.

Convido, agora, a Sra. Cintia Aparecida Lima, do Projeto Moradia Leste I.

**A SRA. CINTIA APARECIDA LIMA** – Bom dia a todos.

Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre verba pública. Ouvi, nesta semana, por duas vezes, falando na televisão que vão desviar verba da habitação para fazerem reforma de asfalto na rua. Então, aí, talvez, aquela pessoa que tem um carro possa ficar feliz com essa situação. Mas, e aquela família que está na rua ou que está esperando – tanto tempo a gente fica esperando por essas verbas públicas –, vai fazer um desvio para reformar asfalto com tanta gente sem moradia?

Então, eu gostaria de ouvir o que vocês têm a dizer. Gostaria que a Vereadora Silvia pudesse falar desse assunto para nós. Pode ser?

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Claro. Você quer iniciar, Silvia? Depois, eu complemento, pode ser? Obrigado pela pergunta.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Cintia, você fez uma pergunta bastante pertinente. Talvez, na Mesa, a gente não tenha acordo sobre a resposta, mas vou dar a minha resposta. Depois, os Vereadores falam também a opinião deles.

Na minha opinião, as verbas do Fundurb, que é o fundo destinado para moradia e mobilidade, não têm que ter outra finalidade. Então, a proposta que chegou à Câmara, que o Prefeito Ricardo Nunes mandou, era de que uma parte dessas verbas do Fundurb fossem para recapeamento de vias: asfaltamento, Operação Tapa-Buraco.

Então, o que nós achamos? Que não tem que ser mexido nesse fundo. Esse fundo tem que ser para moradia e mobilidade e, também, para regularização fundiária, que é a regularização das ocupações irregulares. Só.

A questão é que o Prefeito diz: “precisa recapear para poder chegar à regularização fundiária”. Só que a Prefeitura tem 17 bilhões em caixa. Então, se precisa ter dinheiro para capeamento de vias, tire desses 17 bilhões e não do Fundo de Moradia.

A moradia em São Paulo é um dos problemas mais graves que a gente tem. Temos 369 mil moradias em déficit, ou seja, precisam ser construídas 369 mil moradias. O programa Pode Entrar, que nós inclusive lutamos para aprovar na Câmara, foi aprovado por unanimidade. Ele vai, se tiver sucesso total, até o fim de 2024, construir 70 mil moradias. Ótimo. Só que não vai suprir todo o déficit.

Nesse déficit de 369 mil moradias não está contada a população em situação de rua, que já chega a 52 mil pessoas. Então, se fizermos o cálculo das 369 mil moradias mais as 52 mil pessoas em situação de rua e mais os 720 mil domicílios em áreas irregulares, tem uma quantidade imensa, tanto de regularização fundiária quanto de moradias a serem construídas.

Por isso nós achamos que não deve ser retirado nenhum centavo do Fundurb para capeamento de vias. Todo o dinheiro do Fundurb é para moradia, mobilidade e regularização fundiária. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereadora Silvia.

Nesse ponto, de maneira muito respeitosa, eu e a Silvia apresentamos discordância e eu vou explicar o motivo para a senhora.

O primeiro ponto é que a questão da moradia é efetivamente um problema da cidade de São Paulo. Os números que a Vereadora Silvia apresentou aqui condizem com a realidade da cidade. Mas nós temos de ponderar que até hoje a Prefeitura entregou aproximadamente cinco mil moradias. Já é mais que as gestões anteriores. E estão em obras, para serem entregues ainda este ano, 18 mil moradias na cidade de São Paulo. A previsão é que sejam entregues aproximadamente 70 mil unidades até o final de 2024, ou seja, até o final do ano que vem, o que

é uma entrega recorde de moradias.

Só que quando a gente fala de moradia, não fala só de construir um prédio ou alguma espécie de habitação, a gente tem de considerar que existem áreas da cidade em que as pessoas não conseguem ter acesso à regularização do imóvel, o que a gente chama de regularização fundiária, justamente porque o aparato público, a estrutura pública, não chega até o local. O que é isso? Canalização, asfalto. E naturalmente também condiz com a realidade o número que existe em caixa da Prefeitura, mas esses bilhões em caixa da Prefeitura não podem ser exclusivamente destinados para a questão da habitação, por mais que seja de altíssima relevância, porque temos outras questões prioritárias como saúde, educação, modernização dos centros educacionais, modernização dos hospitais da cidade de São Paulo, custeio e reabertura de alguns hospitais.

Um tema que eu debato muito é a questão do Hospital Sorocabana, que fica na região da Lapa e precisa ser reaberto. Quem reside, quem utiliza o serviço público de saúde, sabe as filas que encontra, as filas para exame médico, exames laboratoriais, e tem que ser investido nisso, além da responsabilidade fiscal do Poder Executivo para não incorrer em improbidade.

Considerando isso e que a questão da mobilidade faz parte da utilização do Fundurb e que, a partir do momento em que se leva a manta asfáltica para regiões que precisam desse acesso, desse aparato, para que tenham regularização fundiária e que essas pessoas consigam concretizar a propriedade do imóvel, que já é de sua posse, e quando a gente passa a, veja, não é desviar o dinheiro, mas investir na questão correlata para garantir o acesso à moradia, se torna uma questão importante.

Por causa desses motivos, eu considero importante o projeto. Não é fechar a porta para a moradia para investir em asfalto, por exemplo, nesta rua, mas sim levar o acesso do estado para questões de moradia, que são importantes.

Por isso, acho um tema adequado e com os novos empreendimentos que são realizados na cidade de São Paulo, inclusive com as discussões que temos no Plano Diretor para

a questão dos fundos de solidariedade, que passam a ser discutidos, quer dizer, são dobrados no PDE, de 10 para 20% das obras que são feitas em São Paulo, teremos uma nova arrecadação de Fundurb. Eu acredito que, em monta similar à que temos hoje, conseguimos inclusive ampliar, tanto a questão do asfalto, como também do acesso à moradia.

Com a palavra, Vereador Goulart.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Apenas para complementar esse assunto, eu também não concordo 100% com a Vereadora, mas a gente tem discutido bastante essa questão, como eu já havia falado, da efetivação do que está previsto em lei se tudo que estivesse previsto em todas as leis, nós viveríamos num mundo quase perfeito, mas infelizmente existem planos, projetos, e acabam não se tornando realidade.

Só para falar dessa alteração prevista, na verdade o que é destinado para Habitação de Interesse Social, regularização e urbanização estão garantidos, mesmo com essa alteração, porque é obrigado por lei nós garantirmos no mínimo 30% de recurso para essa área de interesse. Assim como a questão do transporte público, ciclovias e calçadas, também garantidos os 30%, que é o mínimo garantido, destinado a isso.

Então, nós temos 60%, no mínimo, já destinados a esses dois pontos. E o restante, os 40%, temos como prioridade os equipamentos sociais, unidades de conservação ambiental, espaços públicos, planos de bairro, áreas verdes e patrimônio cultural. É nesse ponto que entra a proposta atual do Executivo, dentro desses 40%, termos mais uma prioridade. Tudo que se fala aqui da questão de Habitação de Interesse Social e também da questão do transporte público, essa reserva está garantida, de no mínimo 30% para cada um, mas a gente discute exatamente isso: o que adianta ter o dinheiro do Fundurb e não ser utilizado para o que realmente precisa, tanto para habitação de interesse social, reurbanização e regularização fundiária? Mas, de qualquer forma, é garantido por lei, esses 30% do recurso para exatamente esse interesse, que é total interesse nosso, mas a gente tem que trabalhar para a entrega, vamos dizer assim, a chave na mão ou a regularização fundiária, ou reurbanização também.

Eu sou de uma região que tem muito problema com os mananciais e nós temos um

grande programa de reurbanização na área dos mananciais. Tem funcionado muito bem, mas a gente precisa garantir ainda mais efetividade no gasto e no uso desses 30% garantidos para a área de habitação.

Era isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Goulart.

Convido agora o Sr. João Moreirão.

Registro também a presença do Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. JOÃO MOREIRÃO** – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, lideranças e população que está aqui. Inclusive aos muitos assessores, também, bom dia.

Eu gostaria já de começar a responder a uma questão muito correta que o Vereador Goulart levantou: de que adianta ter o dinheiro se ele não é utilizado? Realmente, acho que o Prefeito é incompetente. Nunca São Paulo teve tanto dinheiro, como ele está falando, ele próprio diz, e não acontece nada, e não se usa, não se resolvem os problemas mais graves da cidade. Eu acho que esse é um problema de incompetência.

Mas eu queria entrar numa questão que é a seguinte: nós estamos discutindo a revisão do Plano Diretor. Esse Plano Diretor, tudo que foi do interesse das incorporadoras foi aplicado, tudo que foi do interesse da população, como por exemplo, os parques, não foi aplicado. É isso que a gente vê do Plano Diretor.

E o problema é o seguinte: existem alguns conceitos nesse Plano Diretor, como eixos, por exemplo, que só pioraram a qualidade de vida da cidade. No entanto, durante o processo de discussão no Executivo, ninguém da sociedade civil conseguiu fazer uma proposta para essa questão, porque a Prefeitura dizia que estava fora do escopo da revisão; aí mandou um projeto de lei, que é principalmente sobre isso. Quer dizer, para a população civil tem um critério; para a Prefeitura e as incorporadoras têm outro. Então esse projeto de lei que está aí é ilegítimo, porque não considerou a sociedade civil.

Veja, a gente teve uma discussão sobre o Conselho Municipal de Política Urbana,

representa uma parcela da sociedade civil, em que o Secretário apresentou um monte de números, 12 mil e não sei o quê participações, e o projeto de lei não tem uma, uma proposta feita por ninguém da sociedade civil. O que significa dizer que, do ponto de vista da Prefeitura, nós somos mais de 12 milhões de incapazes. Só eles e o sindicato das incorporadoras é que sabem o que a cidade precisa. Esse é o problema. Ele nos trata como se fôssemos... Não existe ninguém na sociedade civil capaz de fazer uma proposta que possa ser incorporada ao projeto de lei? Segundo a Prefeitura, não, nós somos 12 milhões de incapazes. Esse é o problema, é isso. E a farsa das audiências públicas que foram feitas pelo Executivo, que transformam esse processo em ilegítimo.

E um processo ilegítimo, Srs. Vereadores, não deve ser considerado como base para a discussão da revisão na Câmara, porque se começa errado vai dar errado. E eu convido os senhores, lembrando que, como disse uma cidadã na audiência na Freguesia do Ó, na zona Norte, do ponto de vista real, a sociedade é o patrão e os senhores trabalham para a sociedade, os senhores trabalham para o povo, precisam ouvir-nos e ver que esse projeto não atende à sociedade, não atende aos interesses, principalmente do povo mais pobre.

Vejam que, até no que se refere à moradia popular, que no Plano Diretor é bem tímido, nesse projeto de lei fica pior. Fundamentalmente, nesse projeto de lei, moradia popular passa a ser das construtoras, elas que vão fazer moradia popular. Tem alguém que acredite nisso realmente? É por isso que está querendo tirar dinheiro do fundo de habitação popular para fazer asfalto, porque está querendo entregar a construção de habitação popular para as construtoras. Esse é o problema. Isso precisa ser discutido com a sociedade e os Srs. Vereadores precisam ouvir a sociedade, precisam considerar, não podem fazer aquilo que o Executivo fez, que fez algo ilegítimo.

Por fim, eu gostaria de dar só uma informação. Esse projeto absurdo, tirar dinheiro do Fundurb, foi barrado na Justiça. No momento, há uma decisão judicial que impede a Câmara de continuar tentando aprovar isso aí, o que é muito bom. Infelizmente, é a Justiça que atende melhor à sociedade do que a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, no momento.

Eu torço muito, porque conheço vários vereadores, eu desejo muito e sei que podem, se quiserem, atender ao povo que os senhores representam e a quem os senhores servem, porque foi o povo que os elegeu, não foram as empresas, nem foi a Prefeitura.

Obrigado. (Palmas|)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. João Moreirão.

Passo a palavra ao Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI** – Bom dia à Mesa, a todos os vereadores, vereadoras. Bom dia a todos e todes aqui presentes.

Essa discussão do Plano Diretor, que aconteceu em 2013, eu já estava na Câmara dos vereadores, foi meu primeiro mandato e votei contra, naquela época, porque eu já falava o que ia acontecer, o que está acontecendo. Basta ver a nossa região aqui, entre Vila Prudente e Sapopemba.

A Anhaia Mello está virando espetos de prédios altos. Só que isso aparentemente pode trazer desenvolvimento para a região, mas diminui bastante a qualidade de vida das pessoas. Por exemplo, quem mora perto da Vila Tolstoi há muitos anos pede a instalação de uma UBS, mas não consegue porque não tem terreno. Naquela área, os usuários são atendidos segundo as UBSs mais próximas do entorno.

Quando vierem mais pessoas que ocuparão os prédios naquela região, mais serão afogadas as unidades do entorno que estão atendendo. Fora as pessoas que moram no território da unidade, porque também estão sendo construídos muitos prédios no local.

O número de escolas aumentou? Não. Está vindo muita gente para aquela região, só que o número de escolas não aumenta.

Lembro das coisas boas que estariam no Plano Diretor, como, por exemplo, o aumento de parques, os 167 novos parques para a cidade de São Paulo.

Ocorre que no Plano Diretor também tem um artigo que era para ser instituído o Fundo Municipal de Parques, que é o dinheiro para implementação dos parques, porém o referido Fundo não existe até hoje. No fim, aqueles 167 parques ficaram para “inglês ver”.

Eu já tinha dito que o setor imobiliário tem dinheiro e condições para transformar a cidade rapidamente, construindo muitos prédios. Ocorre que a Prefeitura é muito lenta na sua função de implementar as benfeitorias para a população. Portanto, o que está de bom no Plano Diretor, não vai acontecer de forma muito rápida, se acontecer. Dessa forma, a qualidade de vida das pessoas, não só nessa região, vai diminuir.

O Parque da Vila Ema ou o Parque da Juta já foram implementados? Está no papel, já é lei o Parque da Juta, mas onde está o parque se não há dinheiro para implementar? Esse é um problema gravíssimo.

Creio que a revisão do Plano Diretor tem um problema jurídico. A Lei Orgânica do Município determina que o Plano Diretor só pode ser modificado uma vez ao ano. A gente está fazendo uma revisão, ou seja, já é uma modificação. Agora, o Governo fez esse projeto para mudar a Lei do Fundurb, que também está no Plano Diretor, o que configura uma segunda modificação. Então nós teríamos duas modificações no mesmo ano, contrariando a Lei Orgânica do Município.

Com certeza, se as duas se efetivarem, nós vamos judicializar sim, porque a Prefeitura estará fazendo algo contra a lei.

A Lei do Fundurb, que eles querem mudar, para a qual nós votamos contra na primeira votação, vão tirar dinheiro da mobilidade, ou seja, de corredor de ônibus, de ciclofaixa, de ciclovia e de habitação.

Quem está nesta região sabe o tamanho do problema habitacional que existe aqui. O Córrego Oratório, que fica aqui ao lado, só não foi canalizado na época do Governo Dilma quando o dinheiro veio do PAC para fazer a obra, porque a Prefeitura não tinha condições de tirar as mais de duas mil famílias que moram no entorno, mas o dinheiro para a execução da obra já estava disponível.

Se tirar dinheiro da habitação, como eles querem fazer, a maioria dos córregos mal se consegue fazer a limpeza, porque ao longo deles há um amontoado de habitação de ocupação. Esse tipo de projeto vai prejudicar bastante a nossa região. Temos de lutar para votar

contra esse projeto.

A Prefeitura nunca teve tanto dinheiro. Estamos com 35 bilhões em caixa. Somos a favor que se cuide do asfalto, que se recapeiem as ruas, mas não que tirem dinheiro do transporte ou da habitação. Sugerimos que os recursos sejam retirados de outros lugares, já que há 35 bilhões sobrando.

Esta revisão trará algumas consequências. Eles querem, no meu ponto de vista, um plano que já não era muito bom, torná-lo ainda pior.

O mercado imobiliário quer ganhar mais dinheiro nesses eixos de mobilidade, chamados de eixo de estruturação, onde estão os corredores de ônibus, estações de metrô e de monotrilho. A intenção é aumentar o número de garagens, além de deixar que construam na altura que quiserem, como está no Plano anterior.

Se já foi permitida a construção bem a mais do que a prevista para não ter garagem, de forma que as pessoas possam morar perto do local de mais mobilidade, onde tem transporte, para que duas garagens?

Aí eles vão trazer uma quantidade enorme de carros para o eixo do monotrilho. A gente já sofre consequências, a maioria do pessoal trabalha no Centro, quando se chega na Vila Prudente há um gargalo onde a gente fica 20 minutos para passar. Se trouxerem mais garagens para esta região, nos eixos do monotrilho, não tem cabimento. Se for para a pessoa morar perto do monotrilho, é para usar o monotrilho e não fazer mais gargalo lá, pois não conseguimos mais ter mobilidade nesta cidade. O setor imobiliário quer vender, falando assim: “Olhe, os apartamentos, aqui, têm mais garagens.” Então, eles querem colocar mais garagens em todos esses eixos de estruturação, o que é muito errado.

Outra coisa que eles querem fazer é também aumentar a altura do gabarito, a altura dos prédios, no setor que eles falam que é meio. Imaginem o que vai acontecer. Por exemplo, peguem a Vila Ema. Eu falo da Vila Ema porque os prédios estão vindo do Centro para cá, mas vão chegar aqui, também. Peguem a Vila Ema. Naquele setor afastado do monotrilho, em que só poderiam fazer prédios mais baixos, vão deixar fazer, também, prédios enormes. O que vai

acontecer? Tudo o que eu falei que vai acontecer no eixo vai acontecer, mais expandido, para dentro do bairro, também. Então, vai haver muito mais carro, muito mais gente, e não vai haver qualidade de vida, porque os equipamentos são os mesmos.

Do jeito que está sendo proposta essa revisão, só vai piorar a vida das pessoas. Não é à toa que o Sr. Moreirão falou que acha ilegítimo tudo isso e que, do jeito que está, só o setor das incorporadoras imobiliárias vai ganhar dinheiro, porque, depois, nós, que moramos na região – porque eu moro aqui, na região –, vamos ficar com a consequência dos problemas. Do jeito que está, está muito ruim.

Então, esperamos que não se aumente o número das garagens e que não se aumente o gabarito no setor dos meios. O setor imobiliário quer, ainda, pagar menos, porque, quando você vai lá e constrói mais do que uma vez a área do seu terreno, você paga uma taxa a mais – e quanto mais você vai construindo, você vai pagando a mais, até um limite, de seis vezes mais. Porém, há uma coisa: eles querem construir tudo isso e ainda querem pagar uma fórmula a menos. Isso já aconteceu no PIU. No PIU Centro, por exemplo, a outorga onerosa dos empresários foi feita com um cálculo menor. Contudo, o que ganhamos com isso? Nada. Precisamos desse dinheiro para construir as coisas, para fazer os postos de saúde, para fazer os parques, para fazer as coisas. Na hora do “vamos ver”, a sociedade fica com os problemas e o setor imobiliário ganha muito dinheiro.

Nesses eixos de que eu estou falando pobre não entra, porque sabemos quais são os preços dos apartamentos, aqui. O de 50 metros quadrados está em torno de 300 mil. Você vai financiar isso e vai sair por mais de 600 ou 700 mil reais. A pessoa que ganha de três a cinco mil reais não tem condição de comprar um negócio desses. Mesmo assim, ainda não dão solução para os pobres e é por isso que os pobres acabam ficando à beira do rio, porque não sobra alternativa para se morar.

Do jeito que está sendo construído isso, é muito ruim, porque a cidade é construída conforme as leis e são as leis que estão fazendo esta cidade ser excludente do jeito que ela é. Então, esperamos conseguir barrar essas três questões que o setor imobiliário quer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Professor Toninho Vespoli. Convido, agora, a Sra. Juliana Leal, munícipe.

**A SRA. JULIANA LEAL** – Bom dia a todos. Obrigada.

Eu quero colocar aqui uma questão que eu acho que é uma coisa muito importante, quando falamos para a população saber discutir o Plano Diretor. É uma questão democrática. Quando olhamos para esse projeto de lei que chegou, acho que em nenhum momento nós o vimos, inclusive, de uma forma impressa. Por exemplo, vocês já viram o projeto? Vocês viram os quase 80 artigos que estão sendo modificados? Como foi que a Prefeitura explicou isso? Como conseguimos ter uma visualização, de fato, do que está sendo alterado? Eu acho que não existem cartilhas. Não foram feitas cartilhas sobre o que está sendo alterado e o mais importante: por que está sendo alterado. Então, quando recebemos esse projeto de lei, está lá um monte de coisa escrita. Há algumas coisas muito difíceis, muito técnicas. Qual apropriação a população pode ter de um tema, se não existe sequer uma cartilha dizendo o que está sendo mudado e por que está sendo mudado?

Outras pessoas falaram que não é um processo legítimo. Acho que a sociedade civil não enxerga esse processo como legítimo porque não enxerga suas demandas. Então, foram feitas, lá, muitas contribuições, etc., mas, quanto ao que chegou, em nenhum momento se explicou por que é que aquilo está ali. Aí, eu acho que eu tenho uma motivação do que não foi explicado, porque se a população soubesse por que aquela alteração está ali, seria inaceitável.

O que conseguimos ver nesse projeto é que não temos uma política séria, com relação à construção de moradia social, principalmente HIS 1, que tem relação com a faixa até três salários mínimos. Sabemos – e, inclusive, está no diagnóstico da Prefeitura – que o mercado não constrói HIS 1. Acho que é importante que se diga isso.

Sabemos, também, que existe uma demanda muito forte da população com relação à questão do meio ambiente e que esse projeto de lei está flexibilizando as legislações ambientais. Posso citar a questão do Projeto de Intervenção Urbana. A Prefeitura quer se eximir

de fazer um estudo de impacto ambiental. Inclusive, isso é importante para a zona Leste, porque ano que vem chega na Câmara o PIU Arco Leste. Se o PIU Arco Leste chega e ele não tem um estudo de impacto, e aí? Qual o impacto ambiental que esse PIU vai trazer para a população da zona Leste? Esse é o fato. Faltam cartilhas para a população ter acesso, de fato, à democracia, que é discutir um ponto tão importante como é o Plano Diretor.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sra. Juliana.

Há mais inscritos? Não havendo, consulto aos Vereadores presentes se gostariam de fazer uso da palavra. (Pausa)

Passo a palavra ao Vereador Rodrigo Goulart.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Quero agradecer a participação de todos mais uma vez. Só para complementar a informação que eu tinha dado, consegui finalizar o levantamento sobre as audiências públicas da zona Leste.

Já tivemos da Comissão de Administração Pública em Itaquera, no dia 15 de abril; hoje, aqui em Sapopemba, da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente; Comissão de Saúde, no Tatuapé, dia 26/04; Comissão de Administração Pública, na Mooca, dia 27/04; Política Urbana, dia 29/04 Aricanduva; Comissão de Educação na Vila Prudente, dia 5/05; Comissão de Constituição Justiça em Itaquera, dia 6/05; Comissão de Administração Pública em São Matheus, no dia 6/05. Exatamente como eu tinha dito, são oito audiências públicas só no território da zona Leste. Teremos mais seis na zona Sul; duas na zona Norte; uma na zona Oeste e uma no Centro. Estão todas contempladas e todas as demais ocorrerão na Câmara, e todas as que acontecem na Câmara são com utilização do sistema híbrido, além do presencial, com o sistema virtual.

O Professor Toninho Vespoli falou muito bem aqui sobre a questão do PDE em 2014, que já votou contrário, prevendo muitos dos equívocos que lá estavam e que nós estamos prontos para revê-los. Só na questão do Fundurb, Vereador Professor Toninho Vespoli, que faço uma ponderação, não é que seja proibido a votação de mais de um projeto de característica

urbanística ou alteração do PDE, por ano. É que nós temos a votação qualificada. Em cada um dos projetos que prevê alteração no PDE nós temos que alterar o quórum. Não é que é proibido. Nós temos que rever o quórum. E houve, de 2014 até aqui, nove anos depois, diversas alterações ao que se refere o PDE.

É isso Sr. Presidente, mais uma vez quero agradecer a participação de cada um. E que todas as contribuições apontadas serão tratadas e de alguma forma respondidas aos munícipes, que se colocaram, assim como todo processo participativo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Goulart.

Apenas para complementar, quando o vereador fala de rever o quórum, significa que mais vereadores terão de votar. Por exemplo, num projeto simples, são 28 votos, quando o quórum é qualificado, visto que são 37 vereadores que precisam votar num ambiente de 55. Portanto, a votação é mais difícil de ser aprovada.

Passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista

**A SRA SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Gostaria de falar de três temas: moradia popular, mobilidade e parques.

Moradia popular. Discordo do Vereador Rodrigo quando ele fala do dinheiro do Fundurb, que já estão reservados 30% à moradia e isso não vai ser mexido. É verdade. Porém, a nossa proposta é que não parem nos 30%. A nossa proposta não é usar o mínimo. A nossa proposta é usar o máximo para moradia popular, porque se temos um déficit gigantesco de moradia, não é utilizando só o mínimo. A gente acha que está errado, porque a Prefeitura não está usando nada. O dinheiro está lá parado, 1 bilhão e 800 mil reais. Parado no Fundurb. Nesse fundo. Tem que usar o máximo desse valor. A Prefeitura não é banco para ficar dinheiro parado, enquanto a população precisa de casa.

Nossa proposta não é só o mínimo dos 30%, que se use todo o valor para moradia popular, para mobilidade e para regularização fundiária. Então, em relação à moradia, nós precisamos fazer com que a Prefeitura entregue HIS-1. Ótimo programa o Pode Entrar. Ótimo

que esteja dando certo. Nós lutamos por isso. Mas não é suficiente. Precisamos sim conseguir aumentar a entrega de HIS 1, porque é isso que a população mais pobre precisa; porque ninguém consegue fazer um financiamento, precisa de investimento público. As construtoras não querem entregar HIS 1, porque é um empreendimento mais barato e elas querem empreendimento mais caros.

Segunda questão: mobilidade, que tem a ver com vaga de garagem, tem a ver com os eixos. Nós precisamos escolher o que a gente quer, ou a gente quer vaga de garagem nos eixos ou a gente não quer congestionamento. É uma coisa ou outra. Se nós tivermos, nos eixos perto do metrô, perto de corredores de ônibus, perto de linha de trem, empreendimentos de alto padrão com duas vagas de garagem, é obvio que vai ter mais congestionamento na cidade. Os eixos servem para a população viver perto do transporte público, para que não precise utilizar o carro. Nós precisamos parar com essa visão rodoviarista de que vamos construir vias, vamos asfaltar tudo. Isso está fazendo com que a cidade fique congestionada e alagada, porque há mais vias. Então, precisamos de mais transporte de massa, mais metrô, mais trem, mais corredor de ônibus e menos carros.

Para isso não pode ser que a gente tenha um projeto que vai facilitar para a construção civil, colocar apartamento de alto padrão com duas vagas de garagem exatamente nos eixos de transporte público. Quem tem que morar nos eixos de transporte público é, exatamente, quem precisa de transporte público.

Se a pessoa quer ter três ou quatro carros, tudo bem. É um direito dela, mas vá morar longe do transporte porque ela já tem os carros, um para cada dia do rodízio. Essa pessoa não tem que morar perto do metrô. Quem tem que morar perto do metrô é quem precisa usar o metrô.

Terceiro: parques. A gente precisa olhar. Então, na zona Leste, é verdade o que o Vereador Rodrigo falou porque a gente tem uma alta densidade populacional, porque já teve um crescimento desordenado no passado. Cada vez que a Prefeitura se exime de fazer os projetos habitacionais, é óbvio que a população acaba ocupando os lugares que, muitas vezes, são áreas de mananciais. Então, nós precisamos regular isso. O Poder Público tem que regular.

Agora, os lugares onde já existem têm que ser regularizados. E nós temos que olhar com cautela que os lugares onde há área verde não possam estar mais sujeitos nem à especulação imobiliária nem às ocupações irregulares.

Então, tem que oferecer moradia popular para que a população não ocupe os lugares de mananciais e lugares verdes, e, ao mesmo tempo, criar os parques. Então, têm 42 parques previstos. Vamos olhar esses parques. E têm recursos. O que o Vereador Toninho falou também é verdade: precisa de um fundo que seja utilizado para que se possam criar os parques, porque, daí, Presidente – queria, também, discorda de uma coisa: os parques não são caros para serem criados, porque quando se cria um parque, deixa, muitas vezes, de ter que investir em piscinão. Porque os parques são verdadeiros piscinões naturais. Então, é melhor gastar com parque do que gastar com obras de drenagem.

O custo de ter um parque criado é muito importante. Vale à pena investir dinheiro na preservação da natureza, na preservação das áreas verdes, porque isso é qualidade de vida, e, ao mesmo tempo, ter uma cidade que não alaga toda vez que chove.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereadora.

Eu concordo com a Vereadora quando diz que, efetivamente, é melhor construir um parque do que um piscinão. Acho que o nosso único ponto de discordância é sobre a forma de gestão. Eu penso que poderia ser feita de alguma forma a concessão para que a iniciativa privada administre o parque. Óbvio, com acesso gratuito à população, naturalmente, o parque se torna autossustentável, rentável, a gente tem aquela área investida sem gastar com piscinão e, ao mesmo tempo, sem onerar os cofres públicos, o que, para mim, se torna mais interessante porque o dinheiro pode ser destinado, por exemplo, para a habitação.

Passo a palavra à Vereadora Edir Sales.

**A SRA. EDIR SALES** – Eu queria agradecer às pessoas que falaram, deram sugestões e manifestaram a vontade de muitos munícipes, porque cada um que falou o fez em nome de muitos munícipes, então, todas as falas serão encaminhadas à presidência. Quero

parabenizar o Presidente Vereador Rubinho Nunes que tem feito um brilhante trabalho a frente desta Comissão de Política Urbana com o Relator Rodrigo Goulart que tem colaborado bastante para que seja o melhor PDE da cidade de São Paulo, para que essa revisão tenha o resultado positivo para a cidade de São Paulo, principalmente, para o nosso querido bairro de Sapopemba.

Então, mais uma vez, muito obrigada.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Vamos caminhar juntos. Eu, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, estou fazendo, também, audiências públicas em vários lugares, porque nós precisamos aumentar o número de audiências para ouvirmos mais a população. A próxima será no dia 05, na Vila Prudente – ainda preciso confirmar. As próximas ainda vamos marcar, mas estamos fazendo em vários locais da cidade de São Paulo porque temos, também, Vereadores da zona Sul que querem na zona Sul; Vereadores da zona Norte querem na zona Norte; Vereadores do Itaim Paulista querem no Itaim Paulista. Então, a gente vai fazer em vários locais.

Mas é isto: nós temos que contribuir para essa revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereadora Edir Sales.

Não havendo mais inscritos, quero, mais uma vez, agradecer a presença de toda a população, as autoridades, representantes do Executivo presentes, Vereadores Rodrigo Goulart, Edir Sales, Silvia da Bancada Feminista, Professor Toninho Vespoli, V.Exas. enriquecem o debate significativamente.

Volto a dizer a todos que o grande objetivo das audiências públicas é, justamente, que nós possamos conversar com a população, dialogar, ouvir as demandas, os pontos críticos, melhorar o Plano Diretor em cima daquilo que atinge a população. Quem sabe dos problemas, quem convive com eles é, justamente, a população que está na ponta, nos bairros. Essa é a grande finalidade das audiências.

Portanto, o meu muito obrigado a todos.

Lembro que, na próxima segunda-feira, teremos audiência pública na zona Sul, Biblioteca Municipal Viriato Corrêa. Espero contar com a presença de todos.

Muito obrigado e ótimo final de semana a todos.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública.

---